



RELATÓRIO DA COMISSÃO INSTITUÍDA PELA PORTARIA Nº 2554/2009 ¹

O presente Relatório refere-se aos estudos e propostas apresentados pela Comissão instituída pela Portaria nº 2554, de 20/03/09, com o objetivo de “proceder estudos preliminares visando o desencadeamento do processo de discussão junto às instâncias e/ou órgãos superiores competentes para a elaboração e/ou reavaliação e a aprovação do Plano de Desenvolvimento Institucional e Projeto Político-Pedagógico Institucional da UEL.”

I. INTRODUÇÃO

Em 2007, a Comissão Permanente de Avaliação da UEL (CPA/UEL), através do Processo nº 17.574, de 14/06/2007, solicitou ao Reitor, dentre as várias providências, a elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e a revisão e/ou reavaliação do Projeto Político-Pedagógico Institucional (PPPI) da UEL, assim como as suas apreciações e aprovações em instâncias superiores competentes. Essa solicitação foi novamente reforçada em 2009, através do OF. CPA/UEL 003/09, de 17/02/09 (Processo nº 4894, de 27/02/09), dada a importância e necessidade de discutir a elaboração e efetivação desses documentos no âmbito institucional.

Após análise do processo acima, o Magnífico Reitor, Prof. Dr. Wilmar Sachetin Marçal, fez editar a Portaria nº 2554, de 20/03/09, que constitui Comissão para “proceder estudos preliminares visando o desencadeamento do processo de discussão junto às instâncias e/ou órgãos superiores competentes para a elaboração e/ou reavaliação e a aprovação do Plano de Desenvolvimento Institucional e Projeto Político-Pedagógico Institucional da UEL.”

A Comissão foi constituída por representantes de órgãos executivos da Reitoria (titulares e diretores das Pró-Reitorias) e com a participação de representante da Procuradoria Jurídica para suporte às questões legais.

De acordo com a Portaria, a Comissão ficou assim constituída: Prof. Dr. Otavio Yassuo Shimba, Antonio Alves de Lima Neto, Cristina Duarte Ruiz, Prof. Ms. Fausto Carmelo de Lima, Luis Fernando Casarim e Rosângela Ramsdorf Zanetti (PROPLAN), Profª Dra. Maria Aparecida Vivan de Carvalho, Profª Drª Fátima Cristina de Sá e Profª Dra. Silvana Drumond Monteiro (PROGRAD), Prof. Dr. Paulo Bassani, Profª Ms. Benedita Ribeiro Cordeiro e Paulo Sérgio Basoli (PROEX), Prof. Dr. Almir Aquino Correa, Prof. Dr. Edison Miglioranza e Profª Drª Vera Lucia Tieko Suguihiro (PROPPG), Prof. Dr. Fábio Cezar Martins, Ivete Boscariol do Nascimento e Rita de Cássia Guimarães Melatti (PRORH), Prof. Dr. Ézio de Pádua, Arlete Francisca da Silva Reis, Paulo Roberto Ferreira, Wilson Rainho Teixeira (PROAF), Maria Claudia Rodriguez Correia Aranda de Souza (PJU), sob a presidência do Prof. Dr. Otávio Yassuo Shimba,

¹ Relatório redigido por Rosângela Ramsdorf Zanetti, integrante da Comissão, a partir das discussões em reuniões da Comissão, da reunião do sub-grupo: Pró-Reitorias “Administrativas” e PJU, com auxílio de Arlete Francisca da Silva Reis e Maria Cláudia Rodriguez Correia Aranda de Souza (item III-1, 2, 3, 4.1, 4.2), de Profª Silvana Drumond Monteiro (item 4.3), de Cristina Duarte Ruiz (itens 4.4 e 4.5), de Antonio Alves de Lima Neto (item 4.4), de Prof. Paulo Bassani (item 4.5), além de sugestões de reuniões do sub-grupo: Pró-Reitorias “Acadêmicas”, e dos demais membros.

Aprovado em reunião do dia 09/10/09, pelos membros presentes, e pelos demais, após leitura do documento.

Pró-Reitor de Planejamento, e com prazo de 40 dias para apresentação de relatório ao Gabinete da Reitoria.

A primeira reunião da Comissão foi convocada pelo Magnífico Reitor para o dia 31/03/09, a partir das 8 horas, na Sala dos Conselhos e presidida pelo Prof. Otávio Yassuo Shimba, Pró-Reitor de Planejamento. No encontro além dos objetivos da Comissão, tratou-se da importância e necessidade de formulação do PDI e do PPPI, como elementos norteadores da gestão e da avaliação institucional e não somente para cumprimento das exigências formais e legais.

Durante todo o período de vigência a Comissão realizou 8 (oito) reuniões e as respectivas memórias constam no Anexo 1.

Dada a complexidade do assunto e a necessidade de mais prazo para apresentação de relatório e de sugestões que se fizessem representativos efetivos na Instituição, a Comissão solicitou prorrogação de prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão, sendo-lhe concedida por duas vezes, sendo a primeira até 20/05/09, por meio da Portaria nº 3.217 de 29.04.2009 e a segunda até 30/07/09, pela Portaria nº 4.729, de 24/06/2009, considerando que as discussões da Comissão se esgotariam a partir de cronograma apresentado. No entanto, a Comissão concluiu seus estudos e discussões acerca das propostas e finalizar o relatório, apenas durante o mês de dezembro.

1.1. Histórico

A memória do planejamento da Universidade Estadual de Londrina (UEL) se confunde com a própria história da Instituição, revelando diferentes abordagens à medida que novas orientações do Estado brasileiro eram definidas em busca de maior racionalidade dos processos de planejamento, dos mecanismos de gestão, de avaliação e de prestações de contas das atividades desenvolvidas pelas instituições públicas. Ainda em sintonia com as demandas da sociedade civil, a UEL priorizou a elaboração de planos voltados à ampliação das oportunidades de acesso ao ensino superior, bem como de demandas específicas por produção científica e atividades extensionistas que atendessem às necessidades de desenvolvimento local e regional.

É assim que se observa, ao longo da história da UEL, uma tendência de planejar que se inicia com ênfase no ensino de graduação associado às atividades extensionistas que, gradativamente, incorpora o desenvolvimento da pesquisa e da pós-graduação.

Nos anos oitenta e noventa, observa-se na UEL o estabelecimento de processos que buscam romper com as formas centralizadas de elaboração de seu planejamento, chegando mesmo a se materializar em propostas, em que pese a importância de suas diretrizes e metas, pouco eficazes no que diz respeito aos processos táticos e operacionais.

Todavia, foram esses planos elaborados no período compreendido entre o início dos anos setenta – quando a UEL foi fundada – até o presente momento que, servindo de orientação à administração superior nas tomadas de decisões, orientaram a Instituição à posição que hoje se encontra de reconhecida importância no Estado do Paraná, no sul do Brasil e em todo o território nacional.

Nos anos de 1995 e 1998, a antiga Assessoria de Planejamento e Controle (APC), atualmente Pró-Reitoria de Planejamento (PROPLAN), conduziu processos de elaboração de planos de desenvolvimento institucional, resultando nos documentos PDI/UEL-1995 (Disposições preliminares) e PDI/UEL Gestão: 1998-2002, Anexos 2 e 3, respectivamente.

Em agosto de 2002, o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) estabeleceu o Projeto Político-Pedagógico Institucional (PPPI) da UEL (Anexo 4), tendo como base o documento sistematizado e apresentado pelo Grupo de Trabalho Projeto Político-Pedagógico Institucional da UEL, criado por esse mesmo Conselho, em reunião ordinária do dia 24/02/00 e instituído pela Portaria CAE Nº 01/00, tendo como participantes: Ana Paula Perfeto Demarchi (Desenho Industrial), Anilde Tombolato (Pedagogia), Berenice Martins Toralles

Carbonari (Engenharia Civil), Graziela Samantha Perez (representante discente no CEPE), Edmilson Lenardão (Pedagogia), José Vítor Jankevicius (Biomedicina), João Fernando de Alvarenga Reis (representante discente no CEPE), Júlia Trevisan Martins (Enfermagem), Jurandir Guatassara Boeira (Arquitetura), Kennedy Piau Ferreira (Educação Artística), Lidiane Bortolli (representante discente no CEPE), Luiz Rogério Oliveira da Silva (História / Coordenador do GT na primeira fase), Maria Inês Nobre Ota (Física), Neusa Maria Orthmeyer Massarutti (Secretariado Executivo), Regina Célia Escudero Cesar (Comunicação Social), Sônia Maria Nobre Gimenez (Química), Valdicéia Aparecida Frei Videira (representante discente no CEPE), Vera Lucia Tieko Suguihiro (Colegiado *lato-sensu* Profissionalizante). Os componentes do GT que elaboraram a versão do PPPI da UEL foram: Anilde Tombolato (Pedagogia), Berenice Martins Toralles Carbonari (Engenharia Civil), Edmilson Lenardão (Pedagogia), José Vítor Jankevicius (Biomedicina), Kennedy Piau Ferreira (Educação Artística / Coordenador do GT), Maria Inês Nobre Ota (Física), Sônia Maria Nobre Gimenez (Química), Vera Lucia Tieko Suguihiro (Colegiado *lato-sensu* Profissionalizante).

Ainda em 2002, iniciou-se processo de discussão para elaboração do Planejamento Estratégico Institucional (PEI), constante no Anexo 5, sob a coordenação da PROPLAN, através de uma fase de sensibilização da comunidade universitária. Nessa fase, discutiu-se a importância do engajamento de todas as unidades no processo de planejamento e o método adotado. Ao final de 2003, a PROPLAN já havia sistematizado todos os PEUs (Planejamento Estratégicos das Unidades Acadêmicas e Administrativas) obtendo-se os vários cenários, por meio da análise dos pontos fortes e fracos, das dificuldades e oportunidades de cada unidade. Ainda em 2003, como parte da metodologia adotada, criou-se o Grupo de Planejamento Estratégico (GPE), composto de 43 membros e formado pelos dirigentes da Instituição (Reitor, Vice-Reitor, Pró-Reitores, Diretores de Centros de Estudos, de Órgãos Suplementares, de Apoio, Assessores e Coordenadores). Coube ao GPE discutir e deliberar sobre os critérios definidores das prioridades de investimento, bem como adequar as ações que demandavam recursos financeiros ao orçamento da Instituição.

A metodologia do PEI demonstrou certa eficiência pelos resultados apresentados, pois: a) fundamentou-se no Projeto Político-Pedagógico Institucional (PPPI) da UEL; b) combinou diretrizes e metas com estratégias e táticas operacionais; e, c) aumentou a participação da comunidade universitária na elaboração de planejamentos estratégicos, no âmbito das unidades e sub-unidades institucionais.

No entanto, foi dificultada pela ausência no estabelecimento de prioridades e de etapas das ações planejadas pelas Unidades e de previsão de continuidade do sistema operacional para o acompanhamento e atualização das ações planejadas, bem como das possíveis correções, uma vez que não estava integrado ao SICOR.

No segundo semestre de 2005, a PROPLAN, em parceria com as Pró-Reitorias, desencadeou novamente processo de elaboração do PDI, com base nas demandas e informações do PEI, resultando em um documento parcial, que acabou por não ser discutido, conseqüentemente, não institucionalizado. (Anexo 6)

Em 2007, a nova composição da Comissão Permanente de Avaliação da UEL (CPA/UEL), constituída em 2006, após realizar uma análise desse histórico de planejamento da Instituição, bem como a ausência de documentos norteadores do processo de avaliação (PDI, PPPI), solicitou ao Reitor que se desencadeasse discussões para elaboração e desenvolvimento do PDI e para avaliação/revisão do PPPI da UEL. Esta solicitação foi ratificada pela CPA/UEL no início de 2009, resultando na constituição dessa Comissão para proceder estudos preliminares visando o desencadeamento do processo de elaboração do PDI e de reavaliação do PPPI na Instituição, bem como posterior aprovação em instâncias superiores.

1.2. Importância do PDI, PPPI e PPCs

Discutir sobre o papel de uma universidade pública, gratuita e “autônoma”, num contexto histórico em que temos sido partícipes das mais extraordinárias mudanças e conquistas da humanidade nas áreas científica e tecnológica, não é, por certo, tarefa fácil.

A elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) significa a oportunidade para que a UEL possa rever seu Projeto Político-Pedagógico Institucional (PPPI), os Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) e os planejamentos das unidades acadêmicas e administrativas, de forma integrada, à luz das orientações federais e estaduais.

Além disso, esses documentos devem explicitar o posicionamento da Instituição a respeito da sociedade, da educação e do ser humano e assegurar o cumprimento de suas políticas e ações. Os projetos e os planos da instituição e de cursos/programas, muito mais que documentos técnico-burocráticos, devem ser considerados instrumentos de ação política e pedagógica que garantam “uma formação global e crítica para os envolvidos no processo, como forma de capacitá-los para o exercício da cidadania, a formação profissional e o pleno desenvolvimento pessoal” (Veiga: 2004, p.16)².

Dois desafios devem ser superados pelas IES na construção coletiva de seus projetos e planos: 1) a conjugação do PPPI com os PPCs, considerando que, apesar da diversidade de caminhos, não há distinção hierárquica entre eles, devendo ambos constituir um processo dinâmico, intencional, legítimo, transparente, em constante interconexão com o contexto da Instituição; e, 2) o PDI, em consonância com o PPPI, deve apresentar a forma como a Instituição pretende concretizar seu projeto educacional, definindo as metas a serem alcançadas nos períodos de tempo definidos, e os recursos humanos e materiais necessários à manutenção e ao desenvolvimento das ações propostas.

O PPPI e o PDI devem ser elaborados, analisados e avaliados respeitando-se as características da organização acadêmica da Instituição e da região onde está inserida, conforme preconiza a legislação em vigor.

Para fins da avaliação, entende-se esses documentos com as seguintes características e finalidades:

1.2.1. Projeto Político-Pedagógico Institucional (PPPI)

Cada instituição de educação superior nasce com propósitos próprios e se organiza conforme seus dispositivos estatutários e regimentais. A implementação e o controle da oferta das atividades educacionais a que se propõe exigem planejamento criterioso e intencional voltado para o cumprimento de sua função social.

O PPPI é um instrumento político, filosófico e teórico-metodológico que norteará as práticas acadêmicas da IES, tendo em vista sua trajetória histórica, inserção regional, vocação, missão, visão e objetivos gerais e específicos.

Em sua fundamentação, o PPPI deve expressar uma visão de mundo contemporâneo e do papel da educação superior em face da nova conjuntura globalizada e tecnológica, ao mesmo tempo em que deve explicitar, de modo abrangente, o papel da Instituição e sua contribuição social nos âmbitos local, regional e nacional, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão como componentes essenciais à formação crítica do cidadão e do futuro profissional, na busca da articulação entre o real e o desejável.

² VEIGA, Ilma P.A. “Educação Básica e Educação Superior: projeto político pedagógico” 1ª ed. Campinas: Papirus, 2004.

Neste sentido busca um rumo, uma direção. É uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente. Trata-se de uma projeção dos valores originados da identidade da instituição, materializados no seu fazer específico, cuja natureza consiste em lidar com o conhecimento, e que deve delinear o horizonte de longo prazo, não se limitando, portanto, a um período de gestão. A construção do conhecimento e o exercício da prática tecnocientífica devem ser articulados no espectro de valores humanísticos, de forma que sua dinâmica e realização se configurem a partir do entendimento de que a ciência e a técnica não se apresentam apenas como meio ou dispositivo, mas, principalmente, como modo de inserção na realidade, de ação e interação do homem com o mundo.

Nesse documento de orientação acadêmica devem constar, entre outros, o histórico da instituição; seus mecanismos de inserção regional; sua missão; âmbitos de atuação; princípios filosóficos gerais; as políticas de gestão, de ensino, de pesquisa, de extensão; perfil humano, perfil profissional; concepções de processos de ensino e de aprendizagem, de currículo, de avaliação de ensino e de planejamento; e os diversos programas.

1.2.2. Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)

O PDI, elaborado para um período determinado, é o instrumento de gestão que considera a identidade da Instituição, no que diz respeito à sua filosofia de trabalho, à missão a que se propõe, às diretrizes pedagógicas que orientam suas ações, à sua estrutura organizacional e às atividades acadêmicas e científicas que desenvolve ou que pretende desenvolver.

Como um instrumento de gestão flexível, o PDI pauta-se por objetivos e metas e sua elaboração deve ser de caráter coletivo. Os seus referenciais devem levar em consideração os resultados da avaliação institucional. Articula-se ao PPPI e apresenta necessariamente os seguintes eixos temáticos: perfil institucional; gestão institucional (organização administrativa, organização e gestão de pessoal, política de atendimento ao discente); organização acadêmica (organização didático-pedagógica, oferta de cursos e programas: presenciais e a distância; infraestrutura; aspectos financeiros e orçamentários, sustentabilidade econômica; avaliação e acompanhamento do desempenho institucional e cronograma de execução.

1.2.3. Projeto Pedagógico de Cursos (PPC)

Os Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) devem estar em consonância com o PPPI e o PDI, tendo em vista as especificidades da respectiva área de atuação à qual está relacionado. As políticas acadêmicas institucionais contidas no PPPI ganham materialidade no PPC. Este é a referência das ações e decisões de um determinado curso em articulação com a especificidade da área de conhecimento no contexto da respectiva evolução histórica do campo de saber.

Deste modo, define a identidade formativa nos âmbitos humano, científico e profissional, as concepções pedagógicas e as orientações metodológicas e estratégicas para o ensino e a aprendizagem e sua avaliação, o currículo e a estrutura acadêmica do seu funcionamento.

Nesse documento de orientação acadêmica devem constar, dentre outros: o histórico do curso; sua contextualização na realidade social, o que possibilita articulá-lo às distintas demandas da sociedade; a aplicação das políticas institucionais de ensino, de pesquisa e de extensão, bem como todos os elementos das Diretrizes Curriculares Nacionais, assegurando a expressão de sua identidade e inserção local e regional.

1.3. Exigências e Aspectos Legais em relação ao PDI e PPPI

A Lei nº 9.394/96, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, preceitua em seu Art. 12, inciso I, que os estabelecimentos de ensino terão a incumbência de “elaborar e executar sua proposta pedagógica”, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino. No Art. 13, inciso I, estabelece que “os docentes incumbir-se-ão de participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino”, apontando, deste modo, para o caráter democrático do planejamento institucional. No tocante especificamente à educação superior, a LDB vai associar a questão da autorização e reconhecimento de cursos e o credenciamento e reconhecimento de instituições a processo regular de avaliação (Art. 46). É exatamente essa relação entre os atos legais, permitindo o funcionamento de cursos e de instituições, com a avaliação institucional em que se vai fundamentar a exigência do planejamento estratégico, consubstanciado no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

Em 1997, ano seguinte à edição da LDB, os Pró-Reitores de Graduação das Universidades Brasileiras, reunidos no X Fórum Nacional, realizado em Goiânia, aprovaram a implantação e a implementação do chamado “Projeto Pedagógico na Graduação”, como um dos elementos essenciais da política acadêmica. Naquele encontro, definiu-se, também, “a necessidade de incrementar a formulação das diretrizes curriculares, a fim de garantir a indissociabilidade de ensino, pesquisa e extensão, a flexibilidade curricular, a formação integral do cidadão, a interdisciplinaridade e a articulação entre teoria e prática”.

As proposições emanadas dos fóruns nacionais e regionais, promovidos pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Graduação (ForGRAD), subsidiaram a elaboração do Plano Nacional de Graduação (PNG), homologado no XII Fórum Nacional, realizado em Ilhéus, na Bahia, em maio de 1999. Tal Plano constitui-se em referência qualificada para as IES, quando da construção do Projeto Pedagógico Institucional.

Em outubro de 1999, foi aprovado o documento “Do pessimismo da razão para o otimismo da vontade: Referências para a construção dos projetos pedagógicos nas IES brasileiras”, desdobramento do “Plano Nacional de Graduação – Um Projeto em Construção”, constituindo-se, este último, em “marco referencial para a criação de políticas educacionais destinadas ao ensino de graduação nas universidades brasileiras”. Paralelamente, a comunidade acadêmica das instituições de ensino superior debruçava-se sobre a discussão, elaboração e aprovação de novos projetos político-pedagógicos para os cursos de graduação, tendo por base as orientações emanadas do ForGRAD e do Conselho Nacional de Educação, que inicia a “substituição” dos arcaicos “currículos mínimos” pelas Diretrizes Curriculares Nacionais.

Na legislação federal vigente, a exigência do “projeto pedagógico da instituição” aparece com a edição do Decreto federal nº 5.773, de 09 de maio de 2006, que “Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino”. No Artigo 16, inciso II, do referido decreto, o “projeto pedagógico da instituição” é caracterizado como “elemento”, ou seja, parte integrante do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). Este último já figurava na legislação educacional entre os documentos a serem exigidos quando do credenciamento de instituições de educação superior, a partir da aprovação pela Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação do Parecer CNE/CES nº 107, de 23 de novembro de 1999, que definiu “Critérios para autorização e reconhecimento de cursos de Instituições de Ensino Superior”. Mas foi apenas em 2001, com a edição do Decreto nº 3.860, de 9 de julho de 2001 – revogado pelo Decreto nº 5.773/06 –, que a exigência do PDI passa a ser obrigatória como um dos 11 itens a serem considerados na avaliação institucional das IES (Art. 17), incluindo as universidades, e também como um dos elementos do processo de credenciamento de IES, no caso os Centros Universitários (Art. 11, § 3º) e os Institutos Superiores de Educação (Art. 14). Em relação à questão do credenciamento, o Decreto não mencionava explicitamente as universidades.

Note-se aqui, porém, que o Decreto nº 5.773/06 estatui regras apenas para o sistema federal de ensino que, a teor do Art. 16 da LDB, compreende as instituições de ensino da União, as instituições de educação superior criadas e mantidas pela iniciativa privada e os órgãos federais de educação.

Por outro lado, a temática da “avaliação institucional” ganha maior destaque no interior das IES com o advento, em abril de 2004, da Lei nº. 10.861, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) com o objetivo de assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes e a Portaria MEC n.º 2.051, de 09 de julho de 2004, que regulamenta os procedimentos de avaliação.

Conforme a Lei e a Portaria, o SINAES tem por finalidade “a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional”. O caráter nacional do sistema de avaliação, que agrega três dimensões (instituições, cursos de graduação e desempenho de estudantes), fica garantido e efetivamente respeita o princípio federativo uma vez que há clara previsão legal no sentido de que o SINAES “será desenvolvido em cooperação com os sistemas de ensino dos Estados e do Distrito Federal” (Art. 1º, § 2º).

É no Art. 3º, inciso I, da Lei do SINAES, que o PDI vai figurar entre as “dimensões institucionais” a serem consideradas na avaliação das instituições de educação superior. Do mesmo modo, ainda que o termo “projeto pedagógico institucional” não conste do texto da Lei, pode-se considerar que a dimensão descrita no inciso II do mesmo art. 3º diz respeito àquele documento:

“Art. 3º A avaliação das instituições de educação superior terá por objetivo identificar o seu perfil e o significado de sua atuação, por meio de suas atividades, cursos, programas, projetos e setores, considerando as diferentes dimensões institucionais, dentre elas obrigatoriamente as seguintes”:

I – a missão e o plano de desenvolvimento institucional;

II – a política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades;

III -”

Tanto assim que o Ministério da Educação editou a *Portaria nº 300*, de 30 de janeiro de 2006, aprovando, “em extrato, o Instrumento de Avaliação Externa de Instituições de Educação Superior do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES”, cujo item 2 reproduz a dimensão constante do inciso II transcrito acima, desdobrando-o nas várias interfaces que o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) deve abranger: “2.1. Projeto Pedagógico Institucional - PPI: graduação (presencial e a distância); (...) 2.2. Projeto Pedagógico Institucional - PPI: especialização e educação continuada (presencial e a distância); (...) 2.3. Projeto Pedagógico Institucional - PPI: programas de pós-graduação *stricto sensu* (presencial e a distância); (...) 2.4. Projeto Pedagógico Institucional - PPI: pesquisa; (...) 2.5. Projeto Pedagógico Institucional - PPI: extensão (...)”

No âmbito da legislação estadual, apenas em 14 de fevereiro de 2005, com a aprovação da Deliberação CEE/PR nº 001/05 que “Fixa normas para a Educação Superior do Sistema Estadual de Ensino do Paraná”, firmou-se de maneira taxativa a exigência do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) como um dos requisitos para a formalização das solicitações de credenciamento e credenciamento de IES e, ainda, para a avaliação *in loco* para fins de reconhecimento de cursos e habilitações (Art. 18, inciso V; Art. 27, § 1º). A Deliberação do CEE/PR não trata, entretanto, da necessidade do Projeto Político Pedagógico

Institucional (PPPI). Em que pese tal fato, parece claro que nenhuma instituição de ensino superior pode prescindir de discutir, elaborar e aprovar tal documento.

Muito mais, portanto, que eventual resultado do cumprimento burocrático de uma exigência legal – e não se trata mesmo de tal hipótese –, o PPPI deve ser compreendido como instrumento político, filosófico e teórico-metodológico que norteará, numa perspectiva de longo prazo, as políticas institucionais para o ensino, a pesquisa e a extensão, além das formas de operacionalização daquelas; as políticas para a organização administrativa e pedagógica da UEL, considerando as práticas acadêmicas, a trajetória histórica, a inserção regional, a vocação, a missão, a visão e os objetivos gerais e específicos, em consonância com o PDI. Deverá também o PPPI explicitar claramente nossa contribuição social nos âmbitos local, regional e nacional, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão.

No que se refere ao PDI deverá ser o instrumento de planejamento e de gestão institucional que considera a identidade da IES, no que diz respeito à sua filosofia de trabalho, à missão a que se propõe, às diretrizes pedagógicas que orientam suas ações, à sua estrutura organizacional e às atividades acadêmicas e científicas que desenvolve ou que pretende desenvolver.

II. METODOLOGIA

A metodologia adotada pela Comissão foi escolhida com base em discussões e reflexões acerca da importância e desenvolvimento do PDI e do PPPI, partindo do pressuposto de que é necessário um diagnóstico institucional.

Considerou-se que as unidades representadas na Comissão realizaram recentemente visitas técnicas aos Centros de Estudos, com o fim de colher subsídios para informar o processo de gestão das atividades institucionais, assim, os dados e informações colhidos nessas visitas configuram uma análise de vivências e experiências que servem de fundamento para o ponto de partida dos trabalhos da Comissão.

A idéia foi incorporar no que se mostrasse compatível às iniciativas e movimentos já desencadeados, no intuito de otimizar os esforços e valorizar as ações que possam contribuir com a consecução dos fins atribuídos à Comissão.

Neste contexto, deliberou-se, como metodologia de trabalho, pela adoção de uma planilha para coleta de dados e informações concentrados por unidade representada na Comissão, a fim de delinear um **pré-diagnóstico institucional**, visando:

- **identificação de valores** (Valores são idéias fundamentais em torno das quais se constrói a organização. Representam as convicções dominantes, as crenças básicas, aquilo em que a maioria das pessoas envolvidas acredita. São elementos motivadores que direcionam as ações das pessoas na organização contribuindo para a unidade e coerência do trabalho. Sinaliza o que se persegue em termos de padrão de comportamento de toda a equipe na busca da excelência);

- **definição de missão** (A missão é uma declaração sobre o que a organização é, sobre sua razão de ser. A definição de Missão serve de critério geral para orientar a tomada de decisões, para definir objetivos e auxiliar na escolha das decisões estratégicas.);

- **definição da visão de futuro** (A visão de futuro define o que a organização pretende ser no futuro. Ela incorpora as ambições da organização e descreve o quadro futuro que a organização quer atingir. Identifica as aspirações da organização, criando um clima de envolvimento e comprometimento com o seu futuro. A definição de onde se pretende chegar permite entender com clareza o que é preciso mudar na organização ou como ela precisa mudar para que a visão seja concretizada. Uma visão compartilhada une e impulsiona as pessoas para buscarem seus objetivos, apesar das dificuldades. Uma organização sem visão é uma organização sem direção.);

- **análise do ambiente interno, expondo pontos fortes e fracos** (elementos participantes de uma dinâmica sob o controle da organização);

- **análise do ambiente externo, apontando as oportunidades e ameaças** (pertencentes à uma dinâmica cuja capacidade de controle da organização é mínima ou não existente);

- **programação de objetivos gerais e específicos por áreas estratégicas**, estabelecendo ações, metas e cronograma de realizações do plano de desenvolvimento para um período de 05 (cinco) anos, compreendido de 2010 a 2014.

Aplicadas as planilhas, cada uma das unidades na Comissão fez exposição aos demais membros do que diagnosticou, estabelecendo-se debate a respeito dos pontos levantados. Diante dos diagnósticos elaborados pelas unidades representadas na Comissão e dos debates, identificou-se duas frentes principais para o diagnóstico institucional: atividades acadêmicas e atividades administrativas. A partir disso, a Comissão se subdividiu em dois grupos: unidades da comissão com atuação imediata nas questões acadêmicas (PROGRAD, PROPPG, PROEX) e unidades da comissão com atuação mediata nas questões acadêmicas (PROPLAN, PRORH, PROAF, PJU), considerando que ambos os grupos trabalham lado a lado para a consecução das atividades fim da instituição (ensino, pesquisa, extensão e prestação de serviços).

O resultado da aplicação da planilha adotada pela Comissão às Unidades envolvidas (PROGRAD, PROPPG, PROEX, PROPLAN, PRORH, PROAF e PJU), encontra-se no Anexo 7.

III. RESULTADO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO

A ultimação dos trabalhos realizados pela Comissão, além do diagnóstico institucional, apresentado pelas Pró-Reitorias e PJU, constantes nas planilhas do Anexo 7, resultaram claros os seguintes aspectos, considerados comuns a todos os órgãos executivos da Reitoria, imprescindíveis ao desenvolvimento institucional e que devem ser objetos de análise, discussão e reflexão na comunidade universitária para a elaboração de seu plano de desenvolvimento institucional e de seu projeto político-pedagógico institucional:

I. Interação e integração entre as instâncias acadêmicas e administrativas

As atuais denominadas Pró-Reitorias “acadêmicas” exercem, no âmbito de sua atuação, atividades de cunho administrativo, devendo apresentar-se cientes dos limites das possibilidades para execução das ações que pretendem realizar. Isso demanda integração com as unidades que exercem atribuições executivas, para efetivação do fim almejado de maneira eficiente e responsável. Quer-se dizer que o planejamento dos órgãos e instâncias denominados “acadêmicos” deve obrigatoriamente contar com participação dos órgãos e instâncias essencialmente administrativos.

Para tanto, faz-se necessário: a) o assento com voto dos titulares da PROPLAN, PRORH e PROAF nos Conselhos Superiores, e titulares das respectivas Diretorias nas Câmaras do CEPE, a fim de que todo o planejamento acadêmico resulte como um produto integrado sopesando aspirações e possibilidades; e, b) institucionalização de procedimento que contemple a efetiva participação dos órgãos administrativos para informar os processos que caracterizam as atividades acadêmicas, para dimensionar as reais possibilidades da realização daquelas.

Nessa perspectiva, não há de haver cisão entre as pró-reitorias, que constituem órgãos executivos da Reitoria, cujas ações devem ser uníssonas, com vistas ao atendimento dos fins precípuos da Instituição.

Nesse contexto, inclui-se também a questão da interação acadêmica e administrativa entre departamentos e colegiados de cursos, com vistas que a gestão administrativa dos departamentos e a gestão acadêmica dos colegiados de cursos (graduação e pós-graduação) sejam planejadas e executadas de forma integrada. Essa conjugação resulta

no estabelecimento de uma comunicação cooperativa e conseqüentemente na eliminação de confusão de competências, que comumente se vê ocorrer. Dessa maneira, torna-se possível identificar as demandas e as possibilidades reais.

II. Revisão dos atos normativos da Instituição

Identifica-se haver alguns casos de sobreposição de normas ou mesmo de eventual incompatibilidade com a legislação. Os inúmeros atos normativos da Universidade precisam ser revistos de modo a serem adequados à legislação atual e tornarem-se compatíveis entre si.

Há de se considerar também a necessidade de se regulamentar diversas matérias, como a instituição e funcionamento de núcleos, a execução de convênios com financiamento externo, a prestação de serviços, entre outras.

III. Políticas institucionais de ensino de graduação, ensino de pós-graduação, de pesquisa, de extensão e de prestação de serviços

As políticas institucionais são formuladas para estabelecer as premissas que vão nortear o planejamento das atividades acadêmicas e administrativas para que as mesmas ocorram em consonância com a filosofia, as finalidades, os princípios e os objetivos estabelecidos nos marcos institucionais, ou seja, as políticas são diretrizes que orientam as ações com vista ao atendimento dos interesses institucionais que, no caso da UEL, devem responder aos interesses públicos. Enfim, o estabelecimento claro de políticas institucionais resulta na eficiência das atividades que são planejadas com foco nos interesses públicos.

Evidencia-se não haver clareza no âmbito da Instituição, das políticas estabelecidas em relação ao ensino de graduação e de pós-graduação, pesquisa, extensão e prestação de serviços, de modo que sejam norteadoras das decisões e deliberações institucionais, e, conseqüentemente, se prestem ao atendimento dos interesses.

Historicamente, essa preocupação já se encontra registrada, vendo-se no PPPI da UEL, elaborado e apresentado ao CEPE em 2002, indicação para a elaboração de políticas para as atividades de ensino de graduação e de pós-graduação, de pesquisa e de extensão, visando a efetivação das orientações do próprio PPPI, sendo que essas políticas devem ser aprovadas pelo CEPE.

Nessa ordem, importa destacar também a necessidade de redefinição da atuação dos órgãos suplementares, entendidos como órgãos auxiliares ao desenvolvimento indissociável do ensino, da pesquisa, da extensão e da prestação de serviços, visando a adequação às políticas estabelecidas.

Efetivamente as ações acadêmicas e as de gestão administrativa têm que observar as políticas institucionais, de modo global, devendo estar explícitos a motivação, a finalidade, os parâmetros, a viabilidade. Em termos concretos, o planejamento das ações deve ser feito por projetos que antecipem a realidade em todos os seus aspectos e desdobramentos.

IV. Políticas administrativas

Ao longo de sua existência, a política administrativa da Universidade tem se caracterizado pela descontinuidade em certos aspectos, o que dá a noção de recomeço cíclico. Ações de caráter permanente e regular necessitam de balizamento e sustentação de políticas institucionais, bem como da definição de instâncias centrais de gestão para operacionalização das mesmas.

Nesse sentido, destacamos a importância do estabelecimento de políticas administrativas de modo participativo, além da valorização e efetivo aproveitamento dos

antecedentes, valendo-se da experiência e vivência que o corpo técnico-administrativo consolidou.

4.1. Gestão de Pessoas

O déficit do quadro de pessoal é uma realidade em termos numéricos, visto que ao longo dos últimos anos não houve as reposições necessárias. A par das demandas de reposição de pessoal junto ao governo estadual, há de se fazer uma avaliação qualitativa do conjunto de servidores de que dispõe a Universidade, a fim de identificar e reavaliar as competências setoriais. Com isso, se delineará a real necessidade de pessoal para atender a demanda de serviço. Para tanto, deve ser considerada a dinâmica institucional atual, que ao longo do tempo modernizou-se, agregando novas funções, atividades e desafios para a consecução da primordial finalidade de uma universidade, que é a disseminação do conhecimento e a interação com a sociedade, apresentando-se como um ente de transformação social.

Diante disso, evidencia-se a real necessidade de implementação de uma política de gestão de pessoas, que, além das atividades eminentemente burocráticas, realize ações de capacitação e motivação dos servidores, que são essenciais para que a Instituição. As ações efetivas em relação à essa questão podem ser, num momento inicial, as seguintes: a) elaboração e/ou revisão dos regimentos setoriais; b) redimensionamento/redefinição de vagas (ocupadas e/ou necessárias); c) capacitação gerencial para gestores acadêmicos e administrativos (Reitor, Vice-Reitor, Pró-Reitores, Diretores, Chefes); e, d) política de capacitação e treinamentos específicos, por área de atuação.

4.2. Gestão documental

A documentação produzida na Universidade é numerosa e diversificada, se apresentando em vários suportes (impresso, eletrônico, digital, audiovisual, etc). Há necessidade de um tratamento especializado para que as informações possam circular e produzir os efeitos desejados de forma a serem preservadas pelo tempo devido, inclusive, respeitando os prazos legais. A produção, circulação, arquivo, preservação e descarte de documentos têm que ser objetos de um plano de gestão.

Um aspecto importante a ser observado é o estabelecimento de procedimentos e mecanismos de tramitação de processos, emissão de pareceres técnicos, de acordo com competências setoriais, assim como necessária aprovação nas instâncias implicadas na matéria.

Outro ponto essencial é proceder a sistematização dos atos normativos – em especial das resoluções dos conselhos superiores, instruções normativas e de serviços, atos executivos, entre outros – de modo a que seja pleno o acesso e a consulta via web, inclusive com a identificação exata da vigência e de eventual reforma, conforme a técnica legislativa.

4.3. Gestão da informação

A gestão da informação e do conhecimento e a sua inserção na estratégia institucional são um fator chave na criação de valor acrescentado e de vantagens para a organização.

Dessa maneira, instituir uma política de informação favorece os processos de gestão, para tomada de decisões, em vários níveis, dos quais, destacam-se algumas iniciativas simples no nível gerencial, a saber:

- a) avaliar o fluxo de informação e processos visando elaborar ou aprimorar os sistemas de informação da Instituição;
- b) aprimorar a política de gestão documental;

- c) estabelecer comissões de estudo para transformar conhecimento tácito em explícito, visando solucionar problemas detectados nos âmbitos administrativo e acadêmico;
- d) elaborar e atualizar, quando necessário, as resoluções, deliberações etc;
- e) elaborar relatórios para preservar a memória institucional;
- f) divulgar a informação e o conhecimento gerados em canais próprios e de grande alcance (*site*).

4.4. Gestão financeira

Muitos dos obstáculos que se impõem à gestão decorrem, direta ou indiretamente, de dois fatores preponderantes – financiamento insuficiente e falta de autonomia orçamentária e financeira -.

Muito tem se falado sobre a autonomia das universidades brasileiras. A própria Constituição Federal em seu Art. 207 diz que: *“As Universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”*.

Na prática, as universidades, notadamente as públicas, têm enfrentado dificuldades em exercer a sua autonomia constitucional na sua plenitude. Na área didático-científica, naquilo que não depende de grandes investimentos financeiros, consegue-se avanços, fruto da dedicação do seu corpo docente.

Quando o assunto é relacionado à gestão administrativa e financeira ela é relativa, pois já não temos autonomia plena. Por exemplo, para a contratação de pessoal é necessária a autorização prévia do Governo de Estado para efetivá-la.

Finalmente, quando o assunto é meramente financeiro, deparamos com orçamentos em montantes insuficientes em relação às necessidades, por falta de mecanismos oficiais de fontes de financiamento para a educação superior, o que gera, internamente, desânimo na nossa comunidade de uma forma geral.

Diante dessa infeliz realidade de orçamento reduzido, aliado à ausência de autonomia plena, tal como prevê a Constituição Federal, há de se concentrar esforços no sentido de obtenção, também, de recursos extra-orçamentários, além de ações que visem a sustentabilidade financeira e o cumprimento de metas de expansão quantitativa e qualitativa de indicadores institucionais.

Neste sentido, faz-se necessário: a) implantar políticas e fontes orçamentárias compatíveis com as atribuições que estão reservadas à UEL; b) assegurar alocação de recursos governamentais, através da articulação das representações da UEL nos diversos conselhos, comitês e (ou) organizações de fomento a projetos acadêmicos; c) otimizar os recursos infra-estruturais, materiais e financeiros, implementando estratégias e/ou procedimentos para utilização plena e racionalização da capacidade instalada da UEL; d) antecipar fatos e necessidades institucionais, pela compatibilização do uso de recursos e possibilidades de financiamento, com o atendimento de novas missões e objetivos requeridos pela sociedade.

4.5. Gestão ambiental

Um dos grandes desafios da sociedade moderna é dar o devido encaminhamento para questão ambiental. A universidade por ser parte desta sociedade e, ao mesmo tempo, produtora de conhecimento, deve participar não somente orientando através de suas investigações, ensino e extensão os caminhos na construção de uma sociedade sustentável, mas, também deve buscar internamente atuar como exemplo no trato das questões ambientais em seu Campus Universitário, ou seja, propiciar, através de um planejamento de gestão, com que seu espaço físico assim como todos que dele frequentam estejam envolvidos e conscientes de seu papel como sujeitos de uma concepção de consciência e preservação ambiental.

A educação ambiental deve, nesse contexto, atuar como um processo acadêmico integrado inicialmente respondendo as demandas locais do campus e dos órgãos ligados a UEL e, no percurso, atender as demandas ambientais da sociedade em geral.

Assim, sugerimos, dentre as várias ações:

- a) implantar Programa de Educação Ambiental destinado ao treinamento de pessoas e à formação de multiplicadores para implementação da coleta seletiva nas Unidades Administrativas e Acadêmicas;
- b) diagnosticar necessidades e propor alternativas para o descarte dos diferentes resíduos produzidos na Instituição;
- c) implantar programas de acompanhamento e monitoramento permanente da qualidade dos esgotos encaminhados à rede pública;
- d) buscar alternativas de parcerias e de financiamentos para a implementação dos programas e projetos de gestão ambiental.

IV. SUGESTÕES DE ENCAMINHAMENTO

- a) Para avaliação e/ou revisão do PPPI (Prazo: 60 dias)
 - Constituição de Comissão do CEPE, com representantes das Câmaras de Graduação, de Pós-Graduação, de Pesquisa e de Extensão, preferencialmente professores avaliadores do INEP/MEC, além de representantes da PROPLAN, através de suas respectivas Diretorias para:
 - o análise do relatório do GT aprovado em 2002, pelo CEPE;
 - o sensibilização e discussão junto à comunidade universitária e aos órgãos e instâncias competentes acerca da elaboração e aprovação de políticas institucionais para o ensino (de graduação e de pós-graduação), para a pesquisa, para a extensão e para a prestação de serviços (atividades-fim da Instituição) nas respectivas Câmaras;
 - o elaboração de documento final;
 - o aprovação do texto final do PPPI da UEL no Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) e Conselho Universitário (CU).
 - Criação de Fórum Permanente no CEPE visando o acompanhamento, a execução e a avaliação das políticas e práticas acadêmicas institucionais estabelecidas, bem como do próprio PPPI da UEL.
- b) Para a elaboração do PDI (Prazo: 60 dias)
 - Constituição de Comissão do Conselho Universitário, preferencialmente professores avaliadores do INEP/MEC, com representação de unidades acadêmicas e administrativas, sob a presidência da Pró-Reitoria de Planejamento, para, a partir de estudos e propostas desta Comissão, principalmente no que se refere aos aspectos abordados no item III deste Relatório:
 - o estabelecer metodologia para elaboração e acompanhamento do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), quinquênio 2010-2014, considerando os relatórios anteriormente elaborados na UEL (PDIs e PEI), para análise e subsídios;
 - o elaborar documento final do PDI para aprovação no Conselho de Administração (CA), Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) e Conselho Universitário (CU);
 - Implementação e desenvolvimento junto à ATI de sistema operacional de acompanhamento e de gestão do PDI, a partir dos procedimentos metodológicos de informações adotados;
 - Criação do Conselho Técnico de Planejamento e Desenvolvimento (CTPD), composto pelos Diretores de Centro, Pró-Reitores, Diretores das Pró-Reitorias,

Diretores dos Órgãos Suplementares, Diretores dos Órgãos de Apoio e Presidente da Comissão Permanente de Avaliação da UEL (CPA/UEL), presidido pelo Pró-Reitor de Planejamento, para acompanhamento, execução e avaliação do PDI.

V. ANEXOS

Anexo 1 – Memórias das Reuniões da Comissão

Anexo 2 – PDI/UEL – 1995

Anexo 3 – PDI/UEL Gestão: 1998-2002

Anexo 4 – PPPI/UEL – 2002

Anexo 5 – PEI/UEL

Anexo 6 – PDI/UEL – 2006

Anexo 7 – Pré-diagnóstico Institucional realizado pelas Unidades envolvidas na Comissão.

OBS.: Os documentos constantes em Anexos encontram-se disponíveis no Relatório entregue ao Magnífico Reitor, em dezembro/2009, e na cópia arquivada na Pró-Reitoria de Planejamento/Diretoria de Avaliação e Acompanhamento Institucional.

MEMBROS DA COMISSÃO – PORTARIA Nº 2554, DE 20/03/09

Otávio Yassuo Shimba
(Presidente – PROPLAN)

Antonio Alves de Lima Neto
(PROPLAN)

Cristina Duarte Ruiz
(PROPLAN)

Fausto Carmelo de Lima
(PROPLAN)

Luiz Fernando Casarim
(PROPLAN)

Rosângela Ramsdorf Zanetti
(PROPLAN)

Maria Aparecida Vivan de Carvalho
(PROGRAD)

Fátima Cristina de Sá
(PROGRAD)

Silvana Drumond Monteiro
(PROGRAD)

Paulo Bassani
(PROEX)

Benedita Ribeiro Cordeiro
(PROEX)

Paulo Sérgio Basoli
(PROEX)

Alamir Aquino Correa
(PROPPG)

Edison Miglioranza
(PROPPG)

Vera Lucia Tieko Suguihiro
(PROPPG)

Fábio Cezar Martins
(PRORH)

Ivete Boscariol do Nascimento
(PRORH)

Rita de Cássia Guimarães Melatti
(PRORH)

Ésio de Pádua
(PROAF)

Arlete Francisca dos Reis
(PROAF)

Paulo Roberto Ferreira
(PROAF)

Wilson Rainho Teixeira
(PROAF)

Maria Claudia Rodrigues Correia Aranda de
Souza
(PJU)

ANEXO 01

Memórias das Reuniões da Comissão

ANEXO 02

PDI/UEL – 1995

ANEXO 03

PDI/UEL – GESTÃO 1998-2002

ANEXO 04

PPPI/UEL – 2002

ANEXO 05

PEI/UEL – 2002

ANEXO 06

PDI/UEL – 2005

ANEXO 07

PRÉ-DIAGNÓSTICO INSTITUCIONAL –

Planilhas preenchidas pelas Pró-Reitorias e PJU